

# ADOLESCÊNCIA, SAÚDE MENTAL E TRANSLGBQIA+FOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

DOI: <https://doi.org/10.24979/vi.1154>

Marina de Almeida Cavalcante - Universidade do Estado do Pará  
<https://orcid.org/0000-0002-1418-2947>

Alexandre Adalberto Pereira - Universidade Federal do Amapá  
<https://orcid.org/0000-0003-4029-1415>

**RESUMO:** Trata-se de artigo que objetiva apresentar reflexões iniciais de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, a qual discutirá sobre a relação entre a saúde mental e a TRANSLGBQIA+fobia em adolescentes, no ambiente escolar. A homofobia é uma manifestação arbitrária, a qual se denomina o outro como contrário, inferior ou anormal. Desse modo, o homossexual é visto - pela norma social - como bizarro, estranho ou extravagante. A escola é um espaço público destinado a promover a cidadania, conseqüentemente, a função da educação não deve e não pode se restringir apenas a transmissão de conhecimentos. O papel da escola é lutar contra a intolerância e conseqüentemente reconhecer a igualdade de pessoas trans, gays e lésbicas como sendo uma questão que tem a ver com todos. A partir do levantamento bibliográfico realizado, os resultados foram discutidos a partir das categorias em intersecção: Homofobia e Adoecimento psíquico em adolescentes TRANSLGBQIA+. A partir dos dados encontrados nos estudos, pode-se inferir que a população TRANSLGBQIA+ está mais suscetível ao adoecimento psíquico em função da sua orientação sexual, se comparados com os heterossexuais. Tal adoecimento pode estar relacionado à marginalização que esses grupos sofrem nos diversos ambientes os quais estão inseridos: na família, na escola e na sociedade em geral.

Palavras-chave: Educação, saúde mental, TRANSLGBQIA+.

**ABSTRACT:** This is an article that aims to present initial reflections of a master's research in progress, which will discuss the relationship between mental health and TRANSLGBQIA+phobia in adolescents, in the school environment. Homophobia is an arbitrary manifestation, which calls the other as contrary, inferior or abnormal. We understand that the homosexual is seen - by the social norm - as bizarre, strange or extravagant. The school is a public space destined to promote citizenship, consequently, the function of education should not and cannot be restricted only to the transmission of knowledge. The school's role is to fight against intolerance and consequently recognize the equality of trans, gay and lesbian people as an issue that concerns everyone. Based on the bibliographic survey carried out, the results were discussed based on the intersecting categories: Homophobia and Psychological illness in TRANSLGBQIA+ adolescents. From the data found in the studies, it can be inferred that the TRANSLGBQIA+ population is more susceptible to psychological illness due to their sexual orientation, when compared to heterosexuals. Such illness may be related to the marginalization that these groups suffer in the different environments in which they are inserted: in the family, at school and in society in general.

**Keywords:** Education, Mental health, TRANSLGBQIA+.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões iniciais de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, a qual discutirá sobre a relação entre a saúde mental e a TRANSLGBQIA+fobia em adolescentes, no ambiente escolar. Optou-se por utilizar o termo TRANSLGBQIA+ por entender que,

dentro de um grupo que já é minoritário e excluído, há um que sofre ainda mais as consequências do preconceito diante de uma sociedade machista e homofóbica, que é a população *trans*, por isso, propomos em nossas pesquisas e orientações uma maior visibilidade da população *trans* dentro da sigla, como forma de denunciar a invisibilidade desse grupo social.

A população *trans* é colocada à margem dos direitos – os que seriam essenciais para manutenção da dignidade da vida humana – mas que é deixada para segundo plano, ficando à deriva da sociedade. Portanto, o intuito da alteração de tal nomenclatura é dar maior visibilidade e voz para essa população, pois

Na população LGBT, ao contrário, a percepção de que existe preconceito é não apenas mais elevada do que na população geral, mas também mais específica em relação a cada um dos grupos – e travestis e transexuais são percebidos como sujeitos que sofrem mais preconceito do que as outras categorias (ZAMBRANO, 2011, p. 100).

A temática da diversidade, principalmente relacionada ao gênero, vem ganhando relevante destaque em debates apresentados nos planos de educação. No Artigo 2º do Plano Nacional de Educação – PNE, o tema pode ser evidenciado em trechos que preconizam a “erradicação de todas as formas de discriminação” (Inciso III), “promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País” (Inciso VII), “respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (Inciso X) (SOUZA; COSTA, 2019).

Com isso, a diversidade deve estar inserida nos planos pedagógicos das escolas para que haja os debates e as discussões com o intuito de contribuir com a formação de sujeitos que sejam cada vez mais tolerantes, respeitosos e não preconceituosos.

A homofobia é uma manifestação arbitrária, a qual denomina o outro como contrário, inferior ou anormal. Desse modo, o homossexual é visto - pela norma social - como bizarro, estranho ou extravagante (BORRILLO, 2010). Dentro dessa perspectiva, Pereira, Anjos e Lima (2022) afirmam que a discriminação do homossexual no ambiente escolar é em função da normatização da heterossexualidade, levando a TRANSLGBQIA+fobia, que é o ódio ao não heteronormativo.

Para Lionço (2009) a escola é um espaço público destinado a promover a cidadania, consequentemente, a função da educação não deve e não pode se restringir apenas a transmissão de conhecimentos. Nesse contexto, a vivência escolar admite a apresentação da realidade social em sua diversidade. O papel da escola é primordial na socialização dos saberes e práticas relativas à diversidade. Todavia, as temáticas sobre sexualidade, diversidade e as relações de gênero permanecem sendo reguladas por preceitos morais e mantidos por uma visão sexista e heteronormativa (RODRIGUES, 2017).

De acordo com Borrillo (2010), o papel da escola é lutar contra a intolerância e consequentemente reconhecer a igualdade de gays e lésbicas como sendo uma questão que tem a ver

com todos. Porém, rotineiramente, estudantes lidam com a discriminação no ambiente escolar. Essa desqualificação do outro, poderá trazer graves problemas pessoais, sociais e psicológicos para a vida desses alunos. Buscando superar tal problemática, a escola deve se tornar um ambiente para socializar a diversidade (LIONÇO, 2009).

Ramires (2011) ainda ressalta que a escola é considerada uma instituição homofóbica, justamente por ser um lugar no qual gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais sofrem discriminação. São muitos os relatos de humilhações e maus tratos contra essa população, enquanto alunos, e as consequências podem ser evidenciadas pelo desempenho acadêmico, que na maioria das vezes, é baixo, fazendo com que esses alunos tenham pouco interesse em participar das aulas.

Borrillo (2010) afirma que a heterossexualidade atua como uma espécie de padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Surge assim, a definição de heterossexismo, sendo uma forma específica de dominação, definida como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. A partir dessa concepção, todas as outras formas de sexualidade são consideradas incompletas, acidentais e perversas, além de patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.

Objetiva-se ainda compreender o funcionamento da homofobia, sobretudo quando é evidente que o preconceito não só reside nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições, portanto, é fundamental para aprimorar as formas de enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas e silenciosas (BORRILLO, 2010).

Por isso, é importante entender que a homossexualidade é tão válida quanto a heterossexualidade e assim, que todos possam tratá-la como tal, procurando ir de encontro às práticas e ideias que submetem a homossexualidade enquanto orientação contrária aos padrões socioculturais hegemonicamente estabelecidos.

## **DISCUSSÃO**

A partir do levantamento bibliográfico realizado, ou seja, da revisão de literatura, os resultados foram agrupados e serão discutidos baseados nas seguintes categorias interseccionadas, quais sejam: homofobia, adoecimento psíquico e TRANSLGBQIA+.

## **HOMOFOBIA**

No Brasil, são muitos os casos conhecidos de homofobia, de forma quase rotineira, os quais são veiculados na mídia, sendo eles: casos de lesões e mutilações corporais, muitas vezes, de forma cruel e que acabam por resultar em assassinatos. Na maioria das vezes, o preconceito homofóbico vincula-se em função de crenças, valores e atitudes, os quais estão presentes na vida dos indivíduos – diariamente

– e, algumas vezes, torna-se tão comuns, que passam despercebidos por aqueles que promovem o preconceito (RAMIRES, 2011).

Os estudos que tendem a investigar a homofobia adentram em um sistema que representa a opressão, a humilhação, o silenciamento, a marginalização e a exclusão para com o grupo TRANSLGBQIA+. Articulado a isso, têm-se as formas de preconceito, discriminação e violência, as quais reproduzem um modelo social histórico de privilégios e conseqüentemente, construindo desigualdades (PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Corroborando com essa ideia, Silva *et al* (2021) mencionam que ao regular aquilo que é certo ou errado, as normas sociais moldam os comportamentos que estruturam o caráter e a identidade do coletivo, fazendo com que a opressão, a intolerância, a estigmatização e a exclusão demonstrem o quanto os grupos minoritários estão vulneráveis, por não se encaixarem na normalidade imposta pela sociedade.

A questão da homofobia é tanto uma questão epistemológica quanto política, isso porque se trata de analisar a hostilidade desencadeada por essa forma específica de orientação sexual (epistemológica), além de merecer uma problematização específica, que até então, era vista de forma banalizada pelas instituições que regulam as normas sociais – religião, o direito, a medicina - por isso tem a ver com a política (BORRILLO, 2010).

Lionço (2009) afirma que a homofobia decorre da heteronormatividade e por isso, é uma ação discriminatória a qual supõe que o normal é ser heterossexual. Tal conceito está enraizado no patriarcado e na sua íntima relação com o sexismo. Portanto, o sexismo e a homofobia surgem em função de um regime binário da sexualidade – feminino e masculino – as quais excluem e cerceiam as possibilidades de derivação passível de apropriação, seja ela pessoal, social, cultural e histórica do feminino e do masculino, por pessoas de ambos os sexos.

Com isso, perpetuam-se – em todas as fases da vida de crianças, jovens e adultos – tratamentos preconceituosos, formas discriminatórias, assim como ofensas, constrangimentos, ameaças e até agressões, físicas ou verbais. Salienta-se que esse preconceito vem através de piadas, brincadeiras, apelidos, insinuações, todos com o intuito de inferiorizar e desqualificar o outro, constituindo importante mecanismo de silenciamento, dominação, normalização, marginalização e exclusão (PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Além disso, estudos evidenciam que a homofobia é maior entre os homens; homens jovens tendem a rejeitar mais homossexuais e transexuais se comparados com as mulheres jovens. Tal comportamento está ligado a afirmação da identidade masculina nessa fase da vida. Sendo assim, os indivíduos mais homofóbicos são: homens, cuja religião é vivenciada de forma mais intensa, os que não têm amigos homossexuais e aqueles que têm uma visão política conservadora (MATTA *et al*, 2021).

## ADOCIMENTO PSÍQUICO EM ADOLESCENTES TRANSLGBQIA+

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Entretanto, nos casos expressos em lei, o Estatuto pode ser aplicado – de forma excepcional – às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990).

De acordo com Matta *et al* (2021), o período da adolescência tende a ser um momento de maior autonomia e de independência em relação à família, mas também de vivenciar novos comportamentos, de ter as primeiras relações amorosas e experiências sexuais, sejam elas homo ou heterossexuais. É nessa fase que a identidade de gênero e a orientação sexual dos indivíduos serão definidas. Por outro lado, ao perceberem que estão distantes do padrão heteronormativo, começam a sentir desconforto, estranheza e inquietações.

Para Barros *et al* (2021), pensar sobre a atenção à adolescência pede planejamento e organização, com a participação dos diversos atores sociais. Ressaltam ainda que o adolescente coopera para a aceleração da economia, mas também está mais exposto a violência, gravidez precoce, uso e abuso de drogas, além de infecções sexualmente transmissíveis.

Segundo os dados do DATASUS, em 2002, no Brasil, entre a faixa etária de 15 a 19 anos, a taxa de mortalidade por suicídio é de 4 (quatro) para homens e 2 (dois) para mulheres em 100.000 habitantes e, no que tange à internação, a estimativa era de 583,3, para o ano de 2003. Considerando o percentual de óbitos por sexo e tipologia de suicídio, em 43,8% dos casos, para os homens, houve utilização de arma de fogo e, para as mulheres, em 41,0% dos casos, enforcamento ou estrangulamento.

Em outra pesquisa realizada, a partir dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde e considerando as capitais das nove regiões metropolitanas brasileiras, o suicídio aparece entre as principais causas de óbito entre jovens de 15 a 24 anos, no período de 1979 a 1998, indicando que a incidência varia em função dos diferentes espaços sociais, das faixas etárias específicas, do sexo e dos meios utilizados (FILHO; RONDINI, 2012).

Geralmente, os adolescentes das minorias sexuais engajam-se, em menor grau, em comportamentos de autocuidado à saúde, sofrem mais violência e, muitas vezes, não recebem atendimento adequado dentro dos serviços de saúde, que levem em consideração a sua diversidade. Com isso, acabam por lutar contra os seus desejos, os quais podem levar a transtornos psicológicos, sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. Todos esses sentimentos podem levar o adolescente até mesmo cometer suicídio (MATTA *et al*, 2021).

Filho e Rondini (2012), entendem que as ideações e tentativas de suicídio, entre os adolescentes “não heterossexuais”, são decorrentes dos processos homofóbicos e não por causa de processos

patológicos individuais. Objetiva-se compreender o quanto o estigma de descobrir-se “não heterossexual”, para si mesmo e/ou para os outros, contribui para levar um (a) adolescente ao ato de pensar e/ou de atentar contra a sua própria vida. Soma-se a isso o fato de que a experiência pessoal da descoberta de ser LGBTQIA+ na adolescência está associada a humilhação e sofrimento demarcando uma “experiência social da vergonha marca a constituição de subjetividades fundadas no temor de serem socialmente marcados como ‘perigosos’ ou sob suspeita (MISKOLCI, 2011, p.54).

A perseguição ao grupo LGBTQIA+ não é algo que acontece recentemente, muito pelo contrário, é um fenômeno bastante antigo. A população TRANSLGBQIA+ frequentemente enfrenta, ao assumir a identidade sexual diferente dos “padrões”, situações de marginalização, discriminação e estigmatização, como desrespeito, violência. Todas essas questões levam esses indivíduos a um sofrimento psicossocial intenso, podendo ocasionar transtornos mentais de diversos tipos. Em alguns casos, a situação extrema leva a adoção de medidas consideradas radicais, como o uso de substâncias psicoativas, automutilação e até mesmo o suicídio (DUARTE, 2011).

A quantidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que vivem temerosos em função de uma possível agressão, por causa de sua orientação sexual, é bem significativa. Em seu relatório, a Amnesty International (citado por Borrillo, 2010), no ano de 1998, expõe a denúncia sobre assassinatos, execuções legais, torturas, estupros, insultos que os homossexuais continuam sendo vítimas (BORRILLO, 2010).

Em relação aos adolescentes, o suicídio em não heterossexuais está acompanhado de certa desesperança e negação interna da sexualidade, que costumam ser reforçadas pela sociedade heteronormativa, a qual estão inseridos. Consequentemente, há um aumento no estado de melancolia no sujeito, dificultando assim, que ele realize o luto da heterossexualidade, cujo passo é essencial na construção de uma identidade sexual na qual a pessoa se reconheça e sinta-se autorizada a expressar seus desejos, ainda que o contexto em que viva não seja conveniente. Muitos homossexuais passam por esse luto, como forma de enfrentamento, mesmo que não seja totalmente inconsciente (FILHO; RONDINI, 2012).

O Grupo Gay da Bahia (grupo que contabiliza a violência sofrida por gays) relatou que, no ano de 2017, 445 casos foram notificados, sendo destes 58 suicídios. Tais dados vão ao encontro das estatísticas que evidenciam que a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou suicida-se no Brasil (FERREIRA; COELHO; DUARTE, 2018). Borrillo (2010) também retrata que dentro do contexto de violência, os jovens homossexuais são os mais acometidos por depressão, hospitalização psiquiátrica e tentativas de suicídio.

Outros estudos também revelam dados preocupantes, como é o caso de um estudo realizado em um serviço ambulatorial especializado de Saúde Mental Infantojuvenil, da Atenção Secundária da

Secretaria de Saúde do Distrito Federal (DF). Os dados da referida pesquisa foram coletados no período entre abril e agosto de 2019 e a análise constatou que os adolescentes, que vivenciaram alguma situação de discriminação, obtiveram intenso sofrimento psíquico, já que situações persistentes de preconceito e violências geram sentimentos negativos, os quais refletem na saúde mental dos adolescentes. As falas sobre isolamento, tristeza e medo, demonstram o sofrimento psíquico, limitando a vida social de adolescentes (SILVA *et al*, 2021).

Em uma pesquisa realizada por Filho e Rondini (2012), também com adolescentes, os dados constataram que 21,5% dos respondentes declararam já terem tido ideias suicidas e 7,4% declararam já terem tentado o suicídio. A prevalência de pensamentos suicidas entre os heterossexuais foi de 20,7%; entre os não heterossexuais, tal prevalência foi de 38,6%. Sendo assim, pode-se concluir que os não heterossexuais apresentam o dobro de chances de pensar em suicídio, comparativamente aos heterossexuais.

Sobre a pesquisa de Diversidade Sexual e homofobia no Brasil realizada pela Fundação Perseu Abramo (2008), cujo foco era investigar o preconceito e a discriminação – de diversas ordens: familiar, social e institucional – voltados para os TRANSLGBQIA+, os resultados foram os seguintes: a população em geral não afirma que tem preconceito, mas consegue afirmar que há preconceito por parte do outro contra a população LGBT, isso se evidencia pois, dentre os entrevistados, apenas 29% afirmaram ter preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays. Mas, quando foram indagados se há ou não preconceito contra as pessoas LGBT, 93% afirmaram que existe preconceito contra travestis, 91% contra transexuais, 92% contra gays, 92% contra lésbicas e 90% contra bissexuais.

Esses dados revelam o quanto que os indivíduos reconhecem o outro como sendo preconceituoso, mas não reconhecem o próprio preconceito, já que, socialmente, ser preconceituoso (a) é uma atitude incorreta e por isso, tende a ser individualmente rejeitada (PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Essa mesma pesquisa revelou dados que estão diretamente relacionados com a discriminação que a população TRANSLGBQIA+ é vítima, são eles: praticamente toda a opinião pública reconhece a disseminação do preconceito contra os LGBT no Brasil; a metade pode ser considerada como tendo preconceito velado médio ou forte; uma parcela significativa, assume, de fato, ser preconceituosa; e um quarto, dá indícios de ter tendência média ou alta para comportamentos homofóbicos (PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Sendo assim, as estatísticas ratificam tal violência, em que 47% dos entrevistados relataram já ter sofrido algum tipo de violência psicológica, moral ou verbal, seja por parte de familiares, seja por desconhecidos em espaços públicos, e até mesmo em locais de trabalho, estudo ou lazer (PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Matta *et al* (2021) realizaram uma pesquisa sobre sexualidade e violência com adolescentes do segundo ano do ensino médio, tanto de escolas públicas quanto de privadas, da IX Região Administrativa do município do Rio de Janeiro, e os pesquisados afirmaram que a escola – quando comparada ao meio social externo – é o local de menor índice de rejeição, isso porque a escola tende a ampliar a visão dos jovens, permitindo um maior diálogo com os alunos, através de determinadas matérias, o que já não havia na época dos pais e dos avós desses alunos, cuja época era de maior discriminação. Tal afirmação evidencia-se pelos relatos de alguns entrevistados: “...A maioria da gente quando entra aqui é tipo ‘ah, sou contra isso, sou contra aquilo.’ Só que aqui a gente meio que abre a mente! A gente começa a ver as paradas diferente” (aluna, G11). “Hoje em dia tem muita informação pra poder abrir nossa cabeça” (aluna, G9).

Essa pesquisa também revelou que as alunas do sexo feminino assim como apresentaram-se mais dispostas a aceitar comportamentos sexuais não heteronormativos também participaram mais das discussões do que os meninos. Houve ainda relatos sobre o desconforto que causa ao verem casais gays em troca de carinho (abraçando ou beijando) em público, pois teriam que fazer essa troca na intimidade.

As falas dos alunos evidenciam a menor aceitação da diversidade sexual. Tais relatos podem estar atrelados ao tipo de educação que os jovens continuam recebendo dos seus pais e/ou responsáveis, cujos discursos provavelmente estão sendo reproduzidos no ambiente familiar, trazendo toda essa carga preconceituosa e repercutindo na educação do filho. Além disso, percebe-se ainda que por trás das falas, há outra característica de quem é homofóbico: o machismo (MATTA *et al*, 2021).

Em contextos sociais e educacionais heteronormativos os sujeitos TRANSLGBQIA+ são definidos como inferiores e dominados ocupando lugar de subordinação de gênero e sexualidade que subjagam gênero e sexualidade divergente, imbuindo desigualdades entre heterossexuais e não heterossexuais promovendo discriminações e preconceitos a esses últimos.

Depreendemos, conforme Anjos (2022), que a legitimação da norma heterossexual perpassa pela suposição de sua “natural universalidade”. Como se fosse uma feição, característica ou qualidade natural e intrínseca de todos os sujeitos, quando é, na verdade, uma construção social, uma norma com lastro histórico imposta muitas vezes a partir regras rígidas as quais deve ser inquestionavelmente assimiladas, vigiadas, controlada e defendidas, negando quaisquer outras perspectivas de subjetividades não heterossexuais

Fato que se desdobra em homofobia, negação do não heterossexual, por entender que se deve garantir a preponderância de uma sexualidade única, implicando na inferiorização, desumanização e violência sobre o não heterossexual, os quais são, seja de maneira visível ou invisível, excluídos e sujeitados a aversão, desprezo e ódio (ANJOS, 2022, p. 103).

O que acaba provocando a invisibilidade e negação de qualquer sexualidade não normativa, uma vez que, conforme pesquisa realizada em 2021 (ANJOS, 2022) a qual revela que 65,5% de estudantes identificam a existência de práticas homofóbicas na escola; enquanto 79,3% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmam existir homofobia na escola. Além disso, 86,2% de estudantes afirmam que existe preconceito sobre a sexualidade na escola; enquanto, 75,9% afirmam que já presenciaram situação de preconceito relacionado à sexualidade na escola, e 82,8% de estudantes, afirmam que há preconceito quanto à identidade de gênero no espaço escolar.

Tais dados denotam pouca discrepância entre a percepção da existência da homofobia e a sua manifestação real, o que corrobora com a ideia de que a TRANSLGBQIA+fobia estrutura-se socialmente, demarcando as subjetividades de pessoas não heteronormativas. O impacto desse processo na saúde mental de adolescentes é preponderante de ser avaliado e é esse o motor que movimenta nossa pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados apresentados em diversos estudos, pode-se inferir que a população TRANSLGBQIA+ está mais suscetível ao adoecimento psíquico em função da sua orientação sexual, se comparados com os heterossexuais. Tal adoecimento pode estar relacionado à marginalização que esses grupos sofrem nos diversos ambientes os quais estão inseridos: na família, na escola e na sociedade em geral.

Compreendendo o contexto escolar, como sendo uma instituição social, historicamente fez com que as identidades fossem marcadas como mais e menos importantes; nascendo assim, a diferença entre os sujeitos. Então, através de um currículo engessado na linguagem e nas formas de disciplinar os sujeitos, a escola foi perpetuando as diferenças e legitimando as desigualdades de forma que estabelecesse um nível hierárquico entre os sujeitos. Considerando à sexualidade e às relações de gênero, a exclusão também foi marcante, na medida em que a regra era a heterossexualidade e o lugar de homem e o lugar de mulher foram delimitados (RODRIGUES, 2017).

No âmbito da educação, a homofobia causa muitos problemas aos alunos TRANSLGBQIA+, pois as práticas pedagógicas e de socialização contribuem para que seja um ambiente de discriminação, em função do não cumprimento das normas relativas ao gênero e à sexualidade, já que essas normas, na maioria das vezes, estão voltadas apenas para a compreensão do binarismo masculino e feminino, não admitindo outras formas de sexualidade. Além disso, é importante ressaltar que a escola seria o lugar em que deveria auxiliar o(a) aluno(a) a aprender a relacionar-se tanto afetiva quanto sexualmente, até mesmo para que contribua com a maturidade desse adolescente e que não seja algo que lhe traga prejuízos emocionais (RAMIRES, 2011).

Sendo assim, pesquisar e discutir sobre tal temática é de extrema importância para que as vozes desses grupos minoritários cheguem cada vez mais nos diversos espaços da sociedade, contribuindo assim, com a ampliação das políticas públicas voltadas para os TRANSLGBQIA+, além de auxiliar no combate da homofobia no ambiente escolar, para que os dados estatísticos relacionados à violência a esse público sejam expostos e conseqüentemente, combatidos. Entretanto, sabe-se que a luta é árdua e contínua, para que os direitos dessa população sejam mantidos.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Katia Maria Barbosa dos. **Heteronormatividade no contexto escolar**: resistências e enfrentamentos de estudantes LGBTQIA+.2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, 2022.

BARROS, Raquel Porto *et al.* Necessidades em Saúde dos adolescentes na perspectiva dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 26 n.02, fev. 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v.9, n.28, p.83-101, dez. 2011.

FERREIRA, L.C.M; COELHO, M.O; DUARTE, M.J.O. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA SAÚDE MENTAL: Aproximações e experiências no campo da pesquisa. **Revistas Unilab**, v. 02, n. 01, jan./mar. 2018.

FILHO, Fernando Silva Teixeira; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e Tentativas de Suicídio em Adolescentes com Práticas Sexuais Hetero e Homoeróticas. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.21, n.3, p.651-667, 2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Diversidade sexual e homofobia no Brasil, 2008.

LIONÇO, Tatiana. **Homofobia & Educação**: um desafio ao silêncio / Tatiana Lionço; Debora Diniz (orgs). Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

MATTA, Thenessi Freitas *et al.* Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.37, n.11, 2021.

MISKOLCI, Richard. **Não ao sexo rei**: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: DE SOUZA, Luiz Antônio Francisco; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 51-71.

PEREIRA, Alexandre Adalberto; ANJOS, Katia Maria Barbosa dos; LIMA, Wollacy Esquerdo. A heteronormatividade em escolas de Santana, Amapá: impactos nas vidas de estudantes LGBTQIA+. **Revista Cocar**, Belém, v.16, n.34, p.1-22, 2022.

RAMIRES, Luiz. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. *In*: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 131-140.

RODRIGUES, Beatriz. Diversidade sexual, gênero e inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Básica**, v.2, n.6, nov./dez. 2017.

SILVA, José Carlos Pacheco da *et al.* Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciênc. Saúde Colet.**, abr. 2021.

SOUZA, Ana Santana; COSTA, Vânia Aparecida. Diversidade e formação humana integral: o que os jovens alunos pensam sobre discutir gênero na escola. **Bagoas**, n.20, 2019.

ZAMBRANO, Elizabeth. Transexuais: identidade e cidadania. *In*: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p.97-107.